

Peniche terra de exílio e prisão. Militares com residência fixa - anos 1930

Por Rosalina Carmona



A Fortaleza, a Prisão e a Vila de Peniche, anos 30 do séc. XX
Museu Nacional Resistência e Liberdade – Fortaleza de Peniche

O processo da residência fixa de militares em Peniche é uma matéria ainda pouco clara e levanta muitas interrogações, que só uma investigação mais aprofundada poderá esclarecer. No entanto, um documento proveniente do Depósito de Presos de Peniche pode indicar algumas pistas. Trata-se de uma informação referente à existência de artigos de material de aquartelamento, os quais teriam pertencido ao extinto Comando Militar de Peniche e deveriam ser devolvidos ao Exército, pelo Regimento de Infantaria Nº 5 que estava instalado na Fortaleza.

Segundo a informação do Comandante do Depósito de Presos em 16 de abril de 1937, os referidos artigos - toalhas e lavatórios de ferro - deveriam ser «julgados incapazes, por realmente assim se encontrarem devido ao seu muito tempo de serviço pois vêm já do antigo Governo da Praça [...] e atendendo também a que têm estado em serviço constante do pessoal com residência fixa que, devido à sua situação

financeira, pernoitava nesta fortaleza e **no dos presos civis durante 6 anos**¹, atendendo ainda a que a despesa do seu transporte para as Caldas da Rainha deve ser superior ao seu valor.»²

Este documento contém duas informações a reter: a mais importante, é que em 1937, *havia seis anos que existiam presos civis* na Cadeia do Forte de Peniche. Portanto, em 1931 o Forte de Peniche era já uma prisão política.

A outra informação é a de que os militares em residência fixa recolhiam à noite à Fortaleza para dormir «devido à sua situação financeira». Provavelmente teriam os seus vencimentos suspensos, já que se encontravam em regime de punição disciplinar. Não sabemos se podiam receber visitas, ou a quem reportavam as suas atividades quotidianas, se às autoridades locais, se à polícia política, militar ou civil.

Voltando à Vila de Peniche, verifica-se que é um dos locais para onde são enviados para cumprimento de pena de residência fixa os militares punidos por motivos políticos, pelo menos desde os anos 1930.

O que se depreende da leitura das fontes policiais é que, no início, os militares eram aqui retidos em residência fixa, mas podiam fruir de uma certa autonomia de circulação pela Vila. Porém, tal não significava que tivessem liberdade plena de movimentos, já que todos os aspetos da sua vida pessoal e social eram cuidadosamente vigiados e reportados pela polícia política, como poderemos verificar nos casos concretos que apresentamos mais adiante.

Existem outros locais para onde são enviados militares em residência fixa, com a finalidade de os isolar socialmente e dificultar a possível comunicação com os seus camaradas, ou os seus locais de origem³. No caso de Peniche, as características geográficas especiais do território propiciavam a vigilância e o controle de todos os residentes pela polícia política, em especial os adversários

¹ Sublinhado nosso

² AHM, TME, Comando Militar de Peniche, Pasta 21, Arq.283, Informação nº 103 do Depósito de Presos de Peniche para o Chefe de Repartição do Gabinete do Ministério da Guerra, Peniche, 16 de abril, 1937

³ Num universo bastante vasto escolhemos duas situações em zonas distintas do país. Veja-se o exemplo do Major de Artilharia Eduardo Rodrigues Areosa Feio, com residência fixa em Sines entre 1 e 9 de julho de 1935, sobre quem a PVDE envia informação confidencial considerando haver «inconveniente em autorizar as suas deslocações». Este oficial já vinha a ser vigiado politicamente desde janeiro de 1932, tendo sido alvo de um processo de averiguações por parte do Governo Militar de Lisboa que o relacionava com problemas disciplinares. O Major Areosa Feio ainda virá a ser punido disciplinarmente em 1946, sendo-lhe levantado um processo político com a acusação de estar «Envolvido na preparação de uma intentona.» PT/TT/MI-GM/4-54/335; PT/AHM/FO/011/1/3/229; PT/AHM/FO/033/1/414/268. A outra situação é a do Tenente de Infantaria João dos Santos Martins, a quem a PVDE, em julho de 1935, considerava não haver inconveniente em levantar a residência fixa em Seia. O processo político de que foi alvo refere que havia participado no «Movimento Revolucionário de 03 de Fevereiro de 1927», pressupondo-se que desde esta data estaria a ser alvo de perseguição política. Vd. PT/AHM/FO/033/1/438/944;PT/AHM/FO/033/1/438/944

militares do regime, confinados a um espaço delimitado com poucas entradas e saídas da povoação, da qual era difícil escapar sem alertar as autoridades.

Por esta altura, no início da década de 1930, em Peniche vivia-se um ambiente concentracionário onde habitavam - ainda que temporariamente - cidadãos portugueses sitiados, especialmente uma certa oficialidade militar de patente mais baixa, que se encontrava sob um sistema de vigilância social semelhante à deportação, mas em território nacional. Simultaneamente, Peniche era, também, um lugar de conspiração e resistência contra a política ditatorial vigente.



Col. Postais Adriano Constantino – anos 40 do séc. XX (?)
Museu Nacional Resistência e Liberdade – Fortaleza de Peniche

Em 1931 surge, no Arquivo Histórico Militar, uma informação que deixa alguma incerteza quanto à situação do Furriel de Artilharia João Sampaio Lemos que, sem apontar concretamente para a residência fixa obrigatória, diz o seu processo que «Em 1931 foi fazer propaganda contra a situação em Peniche.» Não confirma que esteja em regime de residência fixa mas, se lhe foi movido um processo político, é quase certo que estivesse em residência fixa. Ainda no ano de 1931, temos informação de que havia outro processo político contra o 1º Sargento Júlio Lopes dos Santos

«referente à sua ligação a uma organização revolucionária, em 1931»⁴ e, anos mais tarde, em 1935, o seu nome faz parte de uma «Informação da PVDE sobre militares presos em Peniche.»⁵

O primeiro caso cronologicamente confirmado de um militar com residência fixa em Peniche é o do Furriel Joaquim Baptista, que estava com residência obrigatória em Peniche em 18 de setembro 1931, tendo feito requerimento para regressar à unidade a que pertencia, o qual lhe foi negado.⁶

Segue-se depois o processo do Capitão Médico António Martins de Araújo, que por motivos políticos estava com residência fixa obrigatória em Peniche, em 1932.⁷

Ainda no mesmo ano, ao Tenente Miliciano José António Pombinho Júnior, a quem em 12 de Fevereiro 1932 tinha sido levantado um processo político «referente à oposição que mantinha em relação à ditadura», foi-lhe fixada residência em Peniche.⁸

O exemplo que se segue é o do Tenente de Infantaria António de Matos Cordeiro, bem ilustrativo da situação de muitos outros militares comprometidos em ‘tramas revolucionárias’. Acompanhemos o seu percurso conspirativo e as consequências pessoais que sofreu. A sorte deste oficial não foi muito diferente da de outro qualquer cidadão, militar ou civil, que ousasse opor-se à ditadura fascista em ascensão. Todos foram julgados e punidos em Tribunais Militares Especiais.

Por ter tomado parte ativa na Revolta de fevereiro de 1927 «sendo Oficial da G.N.R. e tendo comandado tropas até final do movimento»⁹, o Tenente de Infantaria António Norberto de Matos Cordeiro será deportado para Angola, tendo regressado ao continente a 13 de abril de 1929. Ainda nesse mesmo ano foi-lhe fixada residência em Penafiel, por ser considerado «o elemento principal de todo o trama conspiratório daquela localidade»¹⁰. Em 1931, segundo as informações policiais, continuava a «desenvolver grande atividade revolucionária e estava comprometido no movimento que esteve para eclodir neste mês, quando do movimento revolucionário da Madeira.»¹¹ A sua ação conspirativa contra a ditadura era do conhecimento da polícia política, pois a 22 de agosto de 1931 recebe ordem do Ministério da Guerra para marchar para Peniche, «onde lhe foi fixada residência nesta data»¹². Dois anos depois, a 3 de novembro de 1933, encontrava-se preso na Casa de Reclusão Militar e, a 16 do mesmo mês e ano, havia sido «transferido para o Presídio de Peniche.»¹³ Três dias

⁴ PT/AHM/FO/033/1/407/76

⁵ PT/TT/MI-GM/4-14/528

⁶ PT/AHM/FO/033/1/406/41

⁷ PT/AHM/FO/033/1/422/488

⁸ PT/AHM/FO/033/1/407/75

⁹ AN/TT, PIDE-E-001-Cx06

¹⁰ AN/TT, PIDE-E-001-Cx06

¹¹ AN/TT, PIDE-E-001-Cx06

¹² AN/TT, PIDE-E-001-Cx06

¹³ AN/TT, PIDE-E-001-Cx06

mais tarde, a 19 de novembro de 1933, embarcou «em Peniche com destino a Angra do Heroísmo, afim de dar entrada na Fortaleza de São João Batista».¹⁴

No ano seguinte, a 11 de setembro de 1934, já tinha regressado ao continente, encontrando-se com residência fixa em Niza.

A última informação policial associada ao seu processo político data de 22 de abril 1936, tendo a PVDE considerado nessa altura «inconveniente em que o epigrafado seja colocado no Batalhão de Caçadores nº 8, onde se encontra a frequentar a escola de recrutas actual»¹⁵. Provavelmente porque a polícia considerava “perigosa” a sua influência sobre os outros militares, dado o seu natural ativismo contra o regime. Depois desta data não sabemos mais nada sobre o que lhe sucedeu.



Aspetto do interior da Fortaleza e prisão de Peniche, anos 30/40 do séc. XX

Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

Além do Tenente António Cordeiro, foi possível identificar em situação semelhante outros casos de militares que, comprometidos em conjuras contra a nova situação política desde 1930, ou quem sabe

¹⁴ AN/TT, PIDE-E-001-Cx06

¹⁵ AN/TT, PIDE-E-001-Cx06

se não antes, são enviados para Peniche com residência fixa obrigatória. Alguns iremos encontrá-los, posteriormente, já em regime de detenção¹⁶.

Em 1933, encontra-se com residência fixa em Peniche por motivos políticos, o Furriel de Artilharia Manuel Maria Afonso, contra quem foi levantado um processo político, tendo sofrido castigado disciplinar.¹⁷

Tomemos outro exemplo, o do Alferes reformado António de Jesus Vieira retido em Peniche a 7 de outubro de 1935. É acusado de lhe ter sido movido um «processo político consistente na acusação de participação no movimento revolucionário de 20 julho de 1928», ou seja a Revolta do Castelo, em Lisboa.¹⁸ Ainda nesse ano, a polícia política emite seu respeito o seguinte despacho: «Informação da PVDE de que não há inconveniente na transferência de residência de Peniche para Vizela ou Viana do Castelo do alferes reformado António de Jesus Vieira.»¹⁹

Os casos que enumeramos de seguida estavam, ou estiveram, por mais do que uma vez, com residência fixa em Peniche. Vejamos quem eram:

O 2º Sargento Fernando Águas, pertencente ao Regimento de Cavalaria 9, que estava detido na Casa de Reclusão Temporária de S. Julião da Barra que, a 9 de setembro de 1931, pede ao Governo Militar de Lisboa que lhe seja fixada residência em Peniche.²⁰

Igualmente o Coronel reformado Raul Vidal foi enviado para Peniche, com residência fixa a partir de 8 de agosto de 1934.²¹ Este militar já havia sofrido um processo político anterior, devido à sua participação na Revolta do Castelo em 1928, sendo classificado em documentos do Arquivo Histórico Militar como um «Revoltado permanente. Renitente, irrequieto. Perfilhando ideias muito exóticas [PVDE]. Tomou parte no movimento revolucionário de 1928.»²²

O Sargento de Artilharia Manuel Marques Pereira, que fica em residência fixa em Peniche em setembro de 1935. Refere o seu processo político tratar-se de «Inimigo político declarado da actual situação política».²³ O mesmo militar encontrava-se preso em Peniche em 30-10-1935, segundo uma

¹⁶ Vd. Os casos apresentados no artigo: O Presídio Militar e o Comando Militar Especial de Peniche 1931-1933, disponível em: <http://www.museunacionalresistencialiberdade-peniche.gov.pt/wp-content/uploads/2020/09/O-Pres%C3%ADdio-Militar-e-o-Comando-Militar-Especial-de-Peniche-1931-1933.pdf>

¹⁷ PT/AHM/FO/033/1/421/456

¹⁸ PT/TT/MI-GM/4-54/358

¹⁹ PT/AHM/FO/033/1/404/2

²⁰ PT/AHM/FO/011/1/3/220A

²¹ AHM/FO/011/4/29, Governo Militar de Lisboa, Correspondência sobre processos políticos

²² PT/AHM/FO/033/1/409/122

²³ AHM, PT/AHM/FO/033/1/415/288

nota da PVDE, tal como os militares Francisco Mendes, João António Jacinto, José Pinto e José Maria Ferreira da Silva.²⁴



Col. Postais Adriano Constantino
Museu Nacional Resistência e Liberdade Fortaleza de Peniche

O 2º Sargento músico Joaquim Maria Travassos, sobre quem pendia a acusação da justiça militar de que «Ataca o governo da ditadura».²⁵ Estava em residência fixada em Peniche desde 21 de setembro até 2 de outubro de 1935. A PVDE emite um relatório em que não vê inconveniente em transferir a residência fixa de Peniche para o Algarve²⁶.

O Sargento de Cavalaria Virgílio Mártir, sobre quem a PVDE faz informação, em 10-10-1935, de que «não há inconveniente na sua colocação com residência fixa em Peniche, numa unidade do Continente»²⁷. Aparentemente encontrar-se-ia detido ou deportado em local fora do território metropolitano, provavelmente no Depósito de Presos de Angra do Heroísmo à ordem do Comando

²⁴ “Informação da PVDE sobre os militares presos em Peniche”, cf. PT/TT/MI-GM/4-14/528

²⁵ PT/AHM/FO/033/1/415/294

²⁶ PT/TT/MI-GM/4-54/378

²⁷ PT/TT/MI-GM/4-54/400

Militar do Açores, ou em Cabo Verde²⁸ ou, quem, sabe, num outro qualquer local fora do território continental não mencionado.

O Alferes reformado João Francisco dos Santos, provavelmente aposentado de forma compulsiva, sobre quem o Governo Militar de Lisboa emite «mandato de apresentação no Comando Militar Especial de Peniche onde lhe vai ser fixada residência obrigatória» a 1 janeiro de 1932, por motivos de disciplina militar²⁹. Mais de três anos depois, constata-se que este militar continuava retido em Peniche, pois a PVDE considerava que «há inconveniente na transferência de residência de Peniche para Lisboa», a 24 de janeiro de 1936.³⁰

Em 6 de junho 1935, temos notícia da reclusão do Sargento-ajudante José Correia Vilela, que estava «preso no Comando Militar de Peniche». Por conseguinte além das residências fixas também se comprovam prisões efetivas de militares na Fortaleza de Peniche.³¹

O Tenente de Infantaria António Joaquim Gaspar de Almeida, a quem a PVDE levanta a proibição de saída de Peniche, através da informação «de que não é necessário manter a residência fixa em Peniche», a qual teve lugar entre 20 de dezembro de 1935 e 3 de janeiro de 1936.³² Uma década depois voltamos a encontrar o Tenente de Infantaria António Joaquim Gaspar de Almeida sob a alçada da justiça militar, acusado «de ter sido aliciado por um pretenso movimento revolucionário» que terá ocorrido em 1946.³³

O Capitão Jaime Borges de Lemos Avelino, a quem a PVDE determina que, entre 30 de abril e 15 de maio de 1935, não possa mudar para Lisboa a residência fixa imposta em Peniche.³⁴ No seu processo político, movido pela justiça militar, pode ler-se que terá participado na Revolta de fevereiro de 1927 e noutros movimentos revolucionários a 15 de maio de 1935.³⁵

Como referimos anteriormente, ainda encontramos alguns destes militares entre os encarcerados no Presídio Militar de Peniche. Quase todos estão ligados às tentativas revirahistas de derrube da Ditadura Militar como a Revolta de Fevereiro de 1927, Revolta do Castelo em 1928, Revolta da

²⁸ Refira-se que, antes do Campo de Concentração do Tarrafal na ilha de Santiago, apelidado pelo 'Estado Novo' de Colónia Penal de Cabo Verde, existiu um outro campo de concentração naquele arquipélago atlântico, mas na ilha de S. Nicolau. Para lá foram enviados muitos prisioneiros da Revolta da Madeira, em 1931. Vd. BARROS, Victor – Campos de Concentração em Cabo Verde, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, pg. 71

²⁹ PT/AHM/FO/011/1/3/226

³⁰ PT/TT/MI-GM/4-54/431

³¹ PT/AHM/FO/011/1/4/325

³² PT/TT/MI-GM/4-54/441

³³ PT/AHM/FO/033/1/412/212

³⁴ PT/TT/MI-GM/4-54/525

³⁵ PT/AHM/FO/033/1/405/37

Madeira em 1931 e outros movimentos contra a ditadura, que se vão prolongar por toda a década de 30 do século XX.

Museu Nacional Resistência e Liberdade

23-11-2020